

BOLETIM 148

Brasília, 22 de junho de 2016

CNI registra em maio queda menor na atividade da indústria da construção

A atividade da indústria da construção continua em queda, mas em maio o ritmo do recuo foi menos intenso, informou nesta segunda-feira (20) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice de evolução do nível de atividade registrou 40,1 pontos no mês passado, contra 36,4 pontos em abril, conforme os números da Sondagem Indústria da Construção.

Os dados da pesquisa variam de zero a 100 pontos. Quando estão abaixo de 50, são negativos. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a retração na atividade e no emprego.

Segundo a CNI, o indicador de evolução do número de empregados também apresentou leve melhora, apesar de continuar em queda. O índice, que era de 35,7 pontos em abril, passou para 38,1 pontos em maio.

Expectativas - O índice de intenção de investimento passou de 23,2 pontos em maio para 26,9 pontos em junho. O índice de expectativa de nível de atividade atingiu em junho a 44,6 pontos ante 40,6 pontos em maio.

Quanto ao número de empregados, o índice subiu para 42,3 pontos, contra 38,4 pontos no mês anterior. Apesar de ter registrado aumento, os indicadores permanecem abaixo dos



O segmento da construção continua sendo um dos mais afetados pela recessão

50 pontos, o que, de acordo com a CNI, continua a indicar expectativa de queda.

O levantamento foi feito entre 1º e 13 de junho com 577 empresas, das quais 183 são pequenas, 260 médias e 134 de grande porte.

Fonte: Portal EBC

São Paulo perde 565,2 mil postos de trabalho no primeiro trimestre de 2016

O estado São Paulo registrou a perda de 565,2 mil postos de trabalho no primeiro trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2015. Segundo pesquisa divulgada nesta terça-feira (21) pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a retração significou uma queda de 4,4% nos empregos com carteira assinada, que, no fim de março, totalizavam 12,2 milhões de postos.

A indústria de transformação foi a que mais fechou vagas. Nos primeiros três meses do ano, o número de empregados no setor caiu 8,7%,



com a redução de 225,3 mil postos de trabalho. A indústria metal-mecânica foi a mais afetada, com uma retração de 12,7%, representando o corte de 126,8 mil empregos.

Construção - A construção civil registrou queda de 10,3% no nível de emprego no estado, com a eliminação de 81 mil vagas. Na relação com os três primeiros meses de 2015, o setor de serviços teve queda de 2,7% no número de empregados no trimestre, o que representa o fechamento de 167,6 mil vagas.

Grande São Paulo - Na região metropolitana de São Paulo, que concentra 52,9% do mercado de trabalho paulista, foram fechados 311,5 mil postos na comparação entre os primeiros trimestres de 2016 e 2015. Isso representou queda de 4,6% no nível de emprego na região.

No período, a construção civil registrou queda de 10,6% no número de trabalhadores na Grande São Paulo, com a perda de 49,4 mil vagas. A indústria de transformação reduziu em 9,3% a quantidade de postos na região, o que significou a eliminação de 94,4 mil vagas.

Fonte: Agência Brasil

Comissão discutirá regras para cálculo do desemprego no país

A metodologia e os critérios utilizados para o cálculo do índice de desemprego no país serão discutidos nesta quarta-feira (22), em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Para o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), autor do requerimento propondo o debate, as classificações utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são imprecisas e resultam em números que não retratam a realidade.

Como afirma, uma parcela dos desempregados fica fora das estatísticas, distorcendo o diagnóstico da situação e dificultando a adoção de medidas capazes de resolver o problema.

“Espera-se, do novo governo, a adoção de medidas que combatam rapidamente o avanço do desemprego, o que só será possível se, primeiro, o tamanho real do problema foi realmente conhecido”, argumenta Ataídes.

Foram convidados para participar do debate André Gambier Campos, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Antônio Ibarra, assessor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do IBGE e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: Agência Senado

Projeção de inflação sobe pela 5ª vez e vai a 7,25%

A projeção de instituições financeiras para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), este ano, subiu pela quinta vez seguida, ao passar de 7,19% para 7,25%. Para 2017, a estimativa é mantida em 5,50% há cinco semanas. As projeções fazem



parte de pesquisa feita todas as semanas pelo Banco Central (BC) e divulgada às segundas-feiras.

As estimativas estão acima do centro da meta de inflação de 4,5%. O limite superior da meta de inflação é 6,5%, este ano e 6% em 2017. É função do Banco Central fazer com que a inflação fique dentro da meta. Um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e, conseqüentemente, a inflação, é a taxa básica de juros, a Selic.

Preços - Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Já quando o Copom reduz os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, mas a medida alivia o controle sobre a inflação.

A expectativa das instituições financeiras para a taxa ao final de 2016 foi mantida em 13% ao ano. Para o fim de 2017, também não houve alteração na expectativa: 11,25% ao ano. A estimativa de instituições financeiras para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, foi alterada de 3,60% para 3,44%, neste ano. Para 2017, a estimativa de crescimento foi mantida em 1%.

A projeção para a cotação do dólar passou de R\$ 3,65 para R\$ 3,60, no fim deste ano, e de R\$ 3,81 para R\$ 3,80, no final de 2017.

Fonte: Portal EBC



CNI: Indicador de Custos Industriais cresce 2,2%

O Indicador de Custos Industriais aumentou 2,2% no primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre de 2015. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve uma desaceleração do aumento dos custos industriais. No período imediatamente anterior, a alta ficou em 3,2%. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, o indicador subiu 12,3%.

De acordo com a CNI, a indústria conseguiu repassar a alta dos custos do primeiro trimestre para os preços. O índice de preços manufaturados (IPA - indústria de transformação) teve alta de 2,2% nos primeiros três meses deste ano em relação ao último trimestre de 2015. "Isso indica estabilidade na margem de lucro da indústria", diz a pesquisa.

Para a CNI, o aumento de 2,2% do início deste ano foi puxado pelas altas nos custos de energia, com capital de giro e tributos. A conta de energia da indústria subiu 8,7%, os custos com capital de giro aumentaram 5,7% e os com tributos cresceram 4,2% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao último trimestre de 2015.

Custos em alta - Os custos de produção, formados por despesas com pessoal, com energia

e com bens intermediários, tiveram alta de 1,7% no primeiro trimestre em relação ao período imediatamente anterior.

Segundo a CNI, o trabalho ressalta que o aumento de 2,2% nos custos prejudicou a competitividade da indústria brasileira no mercado externo. Isso porque os preços em reais dos insumos importados caíram 2,3% e os valores em reais dos manufaturados nos Estados Unidos ficaram estáveis no primeiro trimestre.

Fonte: Portal EBC

Parecer sobre financiamento sindical deve ser votado em julho

A audiência pública realizada nesta terça-feira (21/6) na Câmara dos Deputados com membros da Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical discutiu o relatório final do deputado Bebeto (PSB-BA) **(foto)**, foi acompanhada pelo presidente Nacional da Nova Central, José Calixto Ramos e o secretário-geral Moacyr Roberto e o diretor de Comunicação Nailton Francisco de Souza.

O texto, apresentado na última quarta-feira (15/6), propõe a criação de uma contribuição a ser paga pelo trabalhador (sindicalizado ou não): a contribuição negocial e amplia para todo trabalhador de uma determinada categoria a possibilidade de votar nas eleições de dirigente sindical. Atualmente, a CLT restringe o direito de voto aos trabalhadores sindicalizados há, pelo menos, seis meses e com dois anos de exercício profissional.



Entre os encaminhamentos feitos foi possível constatar que na cópia do relatório final, as solicitações realizadas pelos sindicalistas em reunião no dia anterior (20/6), teriam todas sido acolhidas e após o pedido de vista conjunta dos deputados Leonardo Monteiro, Max Filho, Orlando Silva e Zé Silva, foi adiada a votação final do relatório, ficando para os dias 5 e 6 de julho.

Até lá os representantes dos servidores públicos irão apresentar uma proposta para ajustar algumas questões da categoria, presente no art. 6º do Projeto de Lei em questão, ficando também pendente o Art. 529, da CLT, que trata da capacidade eleitoral ativa de qualquer integrante da categoria profissional ou econômica, independente de filiação ao sindicato.

Fonte: NCST

Senado aprova texto-base que altera Supersimples

O Senado aprovou nesta terça-feira (21) o texto-base do projeto de lei que altera os valores de enquadramento do Simples Nacional, o chamado Supersimples. O projeto atende a um



pedido dos governadores dos estados e promete contribuir para sanar o rombo com a queda de arrecadação de receitas.

Os senadores aprovaram um substitutivo da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), ao projeto do ex-deputado Barbosa Neto. A votação prossegue nesta quarta-feira (22), com a apreciação de dois destaques da matéria. Pelo texto, o teto para o enquadramento no Supersimples das empresas de pequeno porte passará de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

Além disso, a proposta possibilita o pagamento do ICMS e do ISS por fora da guia do Simples Nacional na parte da receita bruta anual que exceder R\$ 3,6 milhões. Esses impostos são, respectivamente, de competência de estados e municípios.

O projeto também promove mudanças no enquadramento como microempreendedor individual (MEI), elevando o limite de receita bruta anual dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. A mudança valerá ainda para os agricultores familiares que não estejam impedidos de optar pelo regime do MEI.

Fonte: Agência Câmara

Congresso internacional discute trabalho, meio ambiente, direito e saúde

O Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo (SP), receberá, de 22 a 26 de agosto, o IV Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde. O encontro é direcionado para profissionais e estudantes que

atuam nas áreas do Direito, da Saúde, do Trabalho, do Meio Ambiente e da Comunicação.

Estarão presentes especialistas de instituições como Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), Faculdade de Direito de Havana (Cuba) e Universidade Nacional Autónoma de México (Unam). “São pessoas que têm se destacado como protagonistas nas frentes em que atuam. Esperamos promover um grande encontro de ideias que ajude a sociedade a construir caminhos que ampliem os direitos sociais conquistados”, explica Maria Maeno Maeno, integrante da comissão organizadora e médica da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), vinculada ao Ministério do Trabalho.

O IV Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde é organizado pela Fundacentro em parceria com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Asociación Latinoamericana de Abogados Laboralistas (Alal), Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridad Social da Faculdade de Direito da USP, Ministério Público do Trabalho (MPT). As inscrições podem ser feitas no Portal da Fundacentro.

Fonte: MT

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)